



A Igreja Primitiva e o Primado de Roma nos séculos I ao III

The Early Church and the Primacy of Rome in the 1st to 3rd centuries

Robson André Scheineider

Resumo

O artigo aborda a Igreja primitiva e o desenvolvimento do Primado Romano nos séculos I ao III. Durante esse período, a Igreja Cristã enfrentou desafios e expandiu-se por diversas regiões do Império Romano. No século I, os apóstolos, especialmente Pedro, desempenharam um papel central na liderança da Igreja. O Primado de Roma começou a se desenvolver tanto pela posição de Roma como capital imperial quanto pela influência de Pedro como líder carismático. Além disso, o martírio de Pedro e Paulo na cidade contribuiu para consolidar sua importância como centro político e religioso. No século II, a tradição patrística refletiu debates sobre a autoridade da Igreja Romana e a sucessão apostólica. Nesse período, Roma começou a exercer uma influência crescente sobre outras comunidades cristãs, embora a extensão do Primado Petrino ainda fosse objeto de discussões. No século III, o Primado Romano foi gradualmente consolidado, embora algumas controvérsias persistissem. Esse processo de afirmação histórica e teológica teve implicações diretas na compreensão da autoridade eclesiástica na Igreja primitiva, deixando um legado que influenciaria o desenvolvimento posterior do cristianismo.

Palavras-chaves: Igreja primitiva. Primado Petrino. Primado Romano.

Abstract

The article addresses the early Church and the development of Roman Primacy from the 1st to the 3rd centuries. During this period, the Christian Church faced challenges and expanded across various regions of the Roman Empire. In the 1st century, the apostles, especially Peter, played a central role in the leadership of the Church. The Primacy of Rome began to develop both due to the city's status as the



imperial capital and Peter's influence as a charismatic leader. Furthermore, the martyrdom of Peter and Paul in the city contributed to consolidating its significance as a political and religious center. In the 2nd century, patristic tradition reflected debates on the authority of the Roman Church and apostolic succession. During this time, Rome began to exert increasing influence over other Christian communities, although the extent of Petrine Primacy was still a matter of discussion. In the 3rd century, Roman Primacy was gradually consolidated, despite ongoing controversies. This process of historical and theological affirmation had direct implications for understanding ecclesiastical authority in the early Church, leaving a legacy that would influence the later development of Christianity.

Keywords: Early Church. Petrine Primacy. Roman Primacy.

Introdução

Esta pesquisa visa compreender o que vem a ser o Primado Romano, sua estruturação e constituição, bem como se desenvolveu ao longo do tempo a concepção do Primado Romano, nos primeiros três séculos da Igreja. De forma indireta, poderemos adentrar na atualidade a fim de podermos clarear o que e como conhecemos o primado hodiernamente.

Num primeiro momento nos deteremos em apresentar a organização das primeiras comunidades, suas lideranças e sua missão apostólica. A seguir, contemplaremos as contribuições do apóstolo Paulo, de Clemente Romano e de Inácio de Antioquia, sendo esses últimos Pais da Igreja, para com a constituição do Primado. Por fim, adentraremos no Primado Romano, pontuando o Primado Petrino e o Primado de Roma, onde buscaremos explicitar o que, de fato, foi e como esteve estruturado esse Primado até o século III de nossa era.

1. A Igreja primitiva

1.1. Constituição das primeiras comunidades cristãs

Ao adentrarmos no contexto da Igreja primitiva, é fundamental destacar que sua existência está intrinsecamente ligada ao advento de Cristo. Com Jesus Cristo, manifesta-se o esplendor do projeto salvífico de Deus para a humanidade. Romag¹ nos diz que “o nascimento de Jesus Cristo é um fato único na história”, por isso, se faz necessário registrar já no início desta escrita esse fato que é real, mesmo que possa parecer desnecessário, porém, como diz o adágio popular, o óbvio muitas vezes necessita ser dito.

Jesus iniciou publicamente seu ministério por volta dos trinta anos de idade. Não entraremos no mérito da questão sobre o que fez nos anos anteriores, pois esse não é nosso propósito. Tampouco exploraremos sua vida pública em detalhes. Nosso objetivo consiste em explorar a estruturação e organização das primeiras comunidades cristãs,

¹ ROMAG, D., *Compêndio da História da Igreja*, p. 38.

buscando compreender como essas comunidades viviam, tanto nos primeiros anos quanto durante as perseguições aos cristãos.

Para Danielou e Marrou² “a história da Igreja é registrada a partir da vinda do Espírito Santo, no dia de Pentecostes, no ano 30 e após a festa de Pentecostes, começa a pregação do Evangelho pelos Apóstolos, e em particular por Pedro, que fala no meio deles e em nome deles”. A evidência desse fato encontra-se no livro dos Atos dos Apóstolos, especificamente no capítulo dois, onde lemos: “no dia de Pentecostes, os apóstolos estavam reunidos, juntamente com outros discípulos e seguidores de Cristo, perseverando na oração e jejum. Eis que estando as portas trancadas, veio sobre eles uma espécie de vento, onde pairou sobre os presentes umas línguas de fogo e todos ficaram cheios de Espírito Santo”.

Na Sagrada Escritura encontramos registros sobre as primeiras comunidades cristãs. Neste momento, nos deteremos no relato de Lucas em Atos 2,42-47, que descreve a organização e estruturação da comunidade. Lucas apresenta os cristãos como aqueles que perseveraram nos ensinamentos dos apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações. Também dispunham de tudo o que tinham em comum, vendendo os bens e oferecendo-os aos apóstolos para que os recursos fossem administrados e distribuídos entre os necessitados. Na perícope de Lc 22,19-20 encontramos o modelo da vida comunitária adotado pelos primeiros cristãos, uma vida de total doação e entrega, de partilhas de bens, a fim de poder servir aos mais necessitados, àqueles que ficam à margem da sociedade, além de fazer memória da Eucaristia que o Senhor havia instituído na última ceia com seus apóstolos.

Para Rops,³ “na comunidade primitiva, distinguem-se bem os fundamentos institucionais criados por Cristo. Colhemos a impressão de que os Apóstolos, suas primeiras testemunhas, aqueles que Ele mesmo designou e estabeleceu, gozam como é natural, de uma grande autoridade moral”. Os apóstolos eram respeitados e tidos como líderes e referencial para a comunidade surgente. Embora o número exato dos primeiros cristãos seja incerto, Rops⁴ nos lembra que é “impossível de dizê-lo”. No entanto, sabemos que muitos aderiam à fé cristã, como no caso da pregação de Pedro, em que mais de três mil pessoas se converteram em um só dia (At 2,42).

Os primeiros cristãos eram provenientes do judaísmo e as comunidades cristãs primitivas eram formadas pelos judeus e pelos gentios convertidos ao judaísmo, que confessaram a fé em Jesus Cristo como Messias. Mas havia também membros de outras classes sociais, como soldados, mulheres, jovens, idosos e escravos.

Na Carta a Diogneto, nos capítulos 5 e 6 temos uma explanação de como os cristãos viviam e agiam no seu cotidiano. O autor descreve que os cristãos:

Não se distinguem dos demais, nem pela região, nem pela língua, nem pelos costumes. Não habitam cidades à parte, não empregam idioma diversos dos outros, não levam gênero de vida extraordinária. (...) Não seguem opinião humana alguma, como vários o fazem. Moram alguns nas cidades gregas, outros e bárbaras, conforme a sorte de cada um. Seguem costumes locais quanto a vestimenta e alimentação, apresentando um estado de vida [político] admirável e sem dúvida paradoxal. Moram na pátria, mas como

² DANIELLOU, J., MARROU, H., Nova História da Igreja, p. 28-29.

³ ROPS, D., A Igreja dos apóstolos e dos mártires, p. 21.

⁴ ROPS, D., A Igreja dos apóstolos e dos mártires, p. 20.

peregrinos. (...) Amam a todos, e por todos são perseguidos. Desconhecidos, são condenados. São mortos e com isso se vivificam. Pobres, enriquecem a muitos. Tudo lhes falta, e têm abundância de tudo. Tratados sem honras, e nestas desonras são glorificados.⁵

Este relato simples nos mostra como viviam os primeiros cristãos. Por isso, desde o princípio do cristianismo, aqueles que, ao ouvir a mensagem de Jesus por meio dos apóstolos, conhecendo o projeto salvífico, ao converterem-se, passam a participar das reuniões e encontros com os apóstolos a fim de realizar a Eucaristia, partilhando suas vidas, rezando e recitando salmos e hinos, constatam o fato de que ser um seguidor de Jesus consistia estar em constante iminência de padecer perseguições, prisões e até mesmo ser morto.

1.2. Perseguição e expansão do cristianismo

Durante o período de paz conhecido como *Pax Romana*, a igreja primitiva se espalhou por todo Império Romano, permitindo o cumprimento do mandado missionário de Jesus: “*ide ao mundo e anunciai a Boa Nova a toda criatura*” (Mc 16,15). Após a vinda do Espírito Santo no dia de Pentecostes (At 2,1-5), os apóstolos começaram a anunciar a Boa Nova, pregando a conversão e o batismo para a remissão dos pecados.

No entanto, os cristãos passaram a ser perseguidos por serem vistos como pessoas que causavam desordem social, já que se recusavam a adorar o imperador ou oferecer incenso em sua honra. A perseguição começou oficialmente em 64 d.C., durante o governo de Nero, e estendeu-se até 313 d.C., quando os imperadores Constantino e Licínio promulgaram o Édito de Milão, que legalizou o cristianismo, tornando-o uma religião lícita (*religio licita*). Antes disso, em 311 d.C., o imperador Galério havia publicado o Édito de Tolerância, permitindo que os cristãos praticassem sua fé, o que pôs fim às perseguições mais severas.

Mesmo diante das perseguições, o cristianismo continuou a se expandir. À medida que a missão evangelizadora avançava, surgiram questões importantes a serem debatidas, como a necessidade da circuncisão para os novos convertidos (At 15). Essa controvérsia foi discutida no que é considerado o primeiro concílio da Igreja, o Concílio de Jerusalém, realizado por volta do ano 51 d.C. Além disso, novos colaboradores começaram a se unir na missão evangelizadora, a fim de que a Boa Nova fosse anunciada até os confins da Terra, alcançando outras cidades e regiões.

Após a vinda do Espírito Santo, os apóstolos partiram em missão para pregar o evangelho em diferentes regiões. De acordo com Eusébio de Cesareia, em sua *História Eclesiástica*, e também conforme tradições registradas por outros Padres da Igreja, como Gregório de Nazianzo e Jerônimo, atribuía-se a cada apóstolo uma região de atuação: Tomé teria evangelizado a Pérsia e a Índia; André, a região dos citas (atual sul da Rússia); Bartolomeu, a Armênia; Mateus, a Etiópia e a Pérsia; e Tiago, a Península Ibérica, a Arábia, a Mesopotâmia e a Armênia.

Com a propagação da Boa Nova, várias igrejas domésticas (*domus ecclesiae*) surgem, pois, essa era a realidade da época, como a Igreja de Corinto, Éfeso, da Filadélfia entre outras. Uma vez que não havia um local próprio para as orações, ou seja, um templo, era necessário que

⁵ MATOS, H. C. J., Introdução à História da Igreja, p. 59-60.

se reunissem nas casas e aqui temos a contribuição das mulheres para esse fim, como Priscila e seu esposo Áquila que acolhem Paulo em sua casa (At 18,11).

Sobre a igreja doméstica, Crüsmann e Reimer⁶ afirmam que “nunca abrangia apenas a própria família e os membros que dela faziam parte, mas se abria como um espaço hospitaleiro, como albergue para irmãos e irmãs de fé que se encontravam em viagem, como lugar de encontro na vizinhança e na região”. Nessa perspectiva da igreja doméstica, o principal ofício era o apostolado, missão esta desempenhada, portanto, pelos apóstolos e por todos os seus seguidores.

Ainda sobre a estruturação e organização da Igreja primitiva, Comblin nos diz que:

No início não houve ministros titulares e organizados nas comunidades. Depois de alguns anos, foram estabelecidos ministros estáveis com nomes diversos sem que se possa saber exatamente o que significavam esses nomes no Novo Testamento: bispos (*episcopói*), presbíteros ou anciãos, diáconos, presidentes, catequistas. Esses nomes significavam uma coisa diferente do significado atual. [...] Cada Igreja agia de modo independente. Comunicava-se às vezes, por cartas, mas essa comunicação era rara.⁷

O termo grego *episkopos*, frequentemente traduzido como “bispo”, aparece no Novo Testamento com o sentido de supervisor ou guardião espiritual, e designa uma função de cuidado pastoral sobre a comunidade cristã. Em Atos 20,28, Paulo exorta os presbíteros de Éfeso dizendo: “o Espírito Santo vos constituiu guardiães (*episkopoi*) do rebanho”, evidenciando a dimensão pastoral e vigilante da função. Segundo o exegeta católico Raymond E. Brown⁸, o uso do termo em passagens como Filipenses 1,1 e 1Timóteo 3,2 mostra que, nas comunidades cristãs primitivas, o *episkopos* era responsável por manter a unidade, a doutrina e a disciplina interna da igreja local. Já Gordon D. Fee⁹, exegeta protestante, interpreta o cargo de *episkopos* como equivalente funcional ao de presbítero no contexto das cartas pastorais, enfatizando que o termo reflete uma liderança espiritual voltada ao serviço e ao exemplo moral¹⁰. Em Tito 1,7 e 1 Pedro 2, 25, o termo também remete ao cuidado que Deus exerce por meio de seus ministros, sendo Cristo o “Pastor e guarda (*episkopos*) das almas”, modelo supremo para os líderes da Igreja.

2. Contribuições do apóstolo Paulo, de Inácio de Antioquia e de Clemente Romano na Igreja primitiva

Neste momento nos deteremos sobre a missão e contribuição de três personagens importantes na história do Cristianismo primitivo. Há vários personagens que poderiam ser mencionados, porém, contemplar os feitos e méritos de cada um seria inviável nesse momento. Nos deteremos em alguns pontos específicos e o legado deixado por cada um destes homens para a Igreja e a fé. Obedecendo a cronologia, iniciaremos com Paulo, seguido por dois Pais da Igreja que muito contribuíram e fazem parte da Patrística, Clemente Romano e por fim Inácio de Antioquia.

⁶ CRÜSEMANN, M.; REIMER, I. R., Igrejas domésticas, p. 182.

⁷ COMBLIN, J., Curso popular de história da Igreja, p. 19.

⁸ BROWN, R. E., Uma Introdução ao Novo Testamento.

⁹ FEE, G. D., 1 e 2 Timothy, Titus.

¹⁰ FEE, G. D., 1 e 2 Timothy, Titus.

2.1. Paulo, a coluna da Igreja primitiva

Ao iniciarmos nosso breve apontamento sobre a importância de Paulo, recorremos ao fragmento seguinte de uma formação, disponível nos veículos digitais, que tem como título: Paulo, um servo chamado a ser apóstolo.

Eram os primeiros anos da Igreja. Saulo, judeu da tribo de Benjamin, nascido em Tarso na Cilícia, foi fulgurado pelo encontro com o Cristo. Saulo é fariseu, mas goza de todos os direitos de cidadão romano. Educado em Jerusalém por Gamaliel, inimigo declarado de Jesus Cristo, é um dos perseguidores do diácono Estevão. Depois da morte de Estevão, participa com fúria tenaz da perseguição insurgida pelos judeus contra a Igreja de Jerusalém. Retira os cristãos e os faz aprisionar. Ele mesmo pede ao sumo sacerdote que lhe dê cartas de apresentação para as sinagogas de Damasco para conduzir prisioneiros a Jerusalém os cristãos daquela cidade.

Enquanto se encontrava na estrada de Damasco para iniciar a sua empreitada, uma luz fulgurante o derruba por terra e uma voz o interroga: “Saulo, Saulo, por que me persegues?” Saulo derrubado, chega cego à cidade. Ananias, avisado por revelação divina sobre o acontecimento, o batizará. Paulo começa nas sinagogas a anunciar a ouvintes estupefatos que Jesus é o Filho de Deus, conforme a narração no livro dos Atos dos Apóstolos 9,1-22.¹¹

Paulo possuiu um papel fundamental na história do cristianismo nascente. De perseguidor aos cristãos passa a ser um propagador e defensor após ter tido uma experiência com o Senhor, converte-se e passa a anunciar a Boa Nova de Jesus Cristo a vários lugares. No ministério de Paulo, a Igreja se expandiu, chegando, inclusive no centro do Império Romano. Paulo era um homem itinerante, seguia o exemplo de Jesus que estava sempre em movimento. Paulo fez três grandes viagens, e em cada uma delas, propagava a Boa Nova, permanecendo um determinado período em cada local, pregava e testemunhava o Evangelho de Jesus, tendo sempre o cuidado e zelo de estruturar e organizar a comunidade local, as primeiras igrejas que eram domésticas, ou seja, nas casas das pessoas, Paulo pregava também nas sinagogas e aqueles que sentiam-se tocados por suas palavras iam ao seu encontro e desejosos por abraçar a fé que ele professava, inúmeras conversões aconteciam. Contando com o apoio desses novos fiéis, estruturavam as comunidades nas casas de algumas famílias, a fim de que pudessem perseverar na Boa Nova, sendo esta difundida cada vez mais rapidamente para outras comunidades e cidades vizinhas.

Paulo não poupou esforços em sua missão, pelo contrário, doou-se por completo a missão abraçada. Após seu encontro com os apóstolos em Jerusalém, ficou determinado que Paulo, acompanhado por Barnabé iniciasse sua viagem apostólica e missionária (At 13,2). Durante seu ministério, ele escreveu diversas cartas que abordavam questões centrais da fé cristã, fornecendo instruções teológicas fundamentais para a doutrina cristã. Suas cartas trataram do caráter de Deus, do ministério de Cristo, da obra do Espírito Santo na Igreja, da doutrina da salvação, dos

¹¹PAULO, um servo chamado a ser apóstolo.

acontecimentos futuros e da aplicação prática da vontade de Deus na vida cristã, além de abordar temas como a ordem no culto e o governo da Igreja.

As cartas paulinas podem ser classificadas de acordo com seus temas centrais. Ao discutir o termo *epískopos* (bispo), é importante analisar seu significado nas comunidades cristãs primitivas. Nas Cartas Pastorais de Paulo (1Tm 3,2; Tt 1,7), o termo aparece com o sentido de supervisor ou administrador da comunidade, exigindo altos padrões morais e doutrinários. Segundo Fee¹² exegeta protestante, *epískopos* é um termo funcional, equivalente a presbítero (*presbyteros*), sem diferenciação hierárquica rígida. O exegeta e cardeal católico Joseph Ratzinger¹³, por sua vez, observa que, embora nas cartas paulinas não haja ainda uma estrutura episcopal monárquica plenamente desenvolvida, já se delineiam funções pastorais que mais tarde serão consolidadas na figura do bispo.

Quanto à possibilidade de extrair das cartas paulinas um conceito de *Primado Petrino* ou *Primado Romano*, trata-se de uma leitura anacrônica. Paulo, na Carta aos Gálatas, reconhece o papel de liderança de Pedro (Gl 2,7-9), mas não o apresenta como uma autoridade suprema ou exclusiva sobre as demais igrejas. O conceito de primado, especialmente na forma que se desenvolveu posteriormente no cristianismo latino, não está explicitado nas epístolas paulinas, sendo fruto de evolução histórica e eclesiológica posterior.

2.2. Inácio de Antioquia

Nasceu por volta do ano 35 d.C. e martirizado no Coliseu em Roma no ano 107 d.C. Jerônimo de Estridão, no final do século IV, afirma que em sua obra *De viris illustribus* “Inácio, terceiro bispo, depois do apóstolo Pedro, da Igreja de Antioquia, foi enviado a Roma, condenado às feras durante a perseguição movida por Trajano”.¹⁴ Essa é uma das primeiras menções escritas que atestam a sucessão episcopal e o martírio de Inácio de Antioquia, evidenciando sua importância para a tradição eclesial e patrística.

Inácio de Antioquia escreveu sete cartas dedicadas às comunidades dos Efésios, Magnésios, Tralianos, Romanos, Filadéfiolos, Esmirnenses e a Policarpo de Esmirna. Suas cartas têm uma estrutura que lhe é peculiar: “1) uma saudação; 2) elogio das qualidades da comunidade; 3) recomendações precisas sobre a) fuga da heresia; b) agarrar-se à unidade da comunidade pela submissão ao bispo; 4) saudação final e pedido de preces para a Síria ou o envio de um diácono”.¹⁵

Nas suas cartas os temas principais consistem na unidade da Igreja, na Primazia da Santa Sé em Roma, no dogma da Santíssima Trindade. Os escritos das cartas de Santo Inácio de Antioquia contribuíram para a organização estrutural do nosso credo.

¹² FEE, G. D., 1 e 2 Timothy, Titus.

¹³ RATZINGER, J. O primado do sucessor de Pedro no mistério da Igreja.

¹⁴ INÁCIO DE ANTIOQUIA, Padres Apostólicos, p. 73.

¹⁵ INÁCIO DE ANTIOQUIA, Padres Apostólicos, p. 76.

Sobre a união, Dom Evaristo Arns, cita o que Inácio de Antioquia recomenda na *Carta aos Efésios* no parágrafo 4º:

Segue daí, que vos convém avançar junto, de acordo com o pensamento do bispo, como aliás fazeis. Pois vosso presbítero digno de tão boa reputação, digno que é de Deus, sintoniza com o bispo como cordas com a cítara. Por isso, no acorde de vossos sentimentos e em vossa caridade harmoniosa, Jesus Cristo é o que é cantado. Nas também, um por um, chegais a formar um coro, para cantares juntos em harmonia; acertando o tom de Deus na unidade, cantais em uníssono por Jesus ao Pai, a fim de que vos escute e reconheça pelas vossas boas obras, que sois membros de seu Filho. Vale assim a pena viver em unidade intangível, para que a toda hora também participeis de Deus.¹⁶

Inácio de Antioquia pontua, portanto, a importância da unidade dos cristãos com os seus bispos, presbíteros e diáconos, tendo em vista que a unidade indica que os membros da Igreja primitiva estão seguindo e vivendo os ensinamentos de Jesus que foram transmitidos pelos apóstolos.

Sobre a Primazia da Igreja Romana, ele escreve no prólogo da *Carta aos Romanos* o seguinte:

À Igreja amada e iluminada pela bondade daquele que quis todas as coisas que existem, segundo fé e amor dela por Jesus Cristo, nosso Deus; à Igreja que preside na região dos romanos, digna de Deus, digna de honra, *digna de ser chamada feliz*, digna de louvor, digna de sucesso, digna de pureza, que *preside ao amor*, que porta a lei de Cristo, que porta o nome do Pai; eu a saúdo em nome de Jesus Cristo, o Filho do Pai.¹⁷

Na carta dirigida à Igreja de Roma, Inácio de Antioquia faz uma referência singular àquela comunidade, dizendo que ela “preside na caridade” (*prokathemenê tês agapês*) entre as demais igrejas¹⁸. Esse título tem sido interpretado por muitos estudiosos como uma alusão a uma certa primazia da Igreja de Roma já no início do século II. No entanto, a natureza dessa primazia não parece ser explicitamente jurídica ou hierárquica, como será desenvolvida nos séculos seguintes, mas de ordem moral e espiritual. Segundo o teólogo protestante Kelly,¹⁹ Inácio reconhece à Igreja de Roma um papel especial de liderança, mas não atribui a ela autoridade governamental sobre outras comunidades. Por outro lado, o exegeta católico Tillard²⁰ argumenta que a expressão utilizada por Inácio representa uma primazia de honra, enraizada no testemunho apostólico e no martírio de Pedro e Paulo em Roma. Assim, a primazia romana, na visão de Inácio, caracteriza-se como um reconhecimento da importância e autoridade moral da Igreja de Roma, mas não como um exercício de jurisdição sobre os demais bispados, o que só será desenvolvido com mais clareza na teologia ocidental posterior.

¹⁶ ARNS, P. E., Cartas de Santo Inácio de Antioquia, p. 78.

¹⁷ INÁCIO DE ANTIOQUIA, *Carta aos Romanos*, p. 103.

¹⁸ INÁCIO DE ANTIOQUIA, *Carta aos Romanos*, p. 104.

¹⁹ KELLY, J. N. D., *Patrística*, p. 308.

²⁰ TILLARD, J. M., *O bispo de Roma*.

Ao escrever a *Carta aos Esmirneses*, também sobre a Primazia da Igreja Romana, ele nos diz: “onde aparece o bispo, aí esteja a multidão, do mesmo modo que onde está Jesus Cristo, aí está a Igreja católica. Sem o bispo não é permitido batizar, nem realizar o ágape. Tudo o que ele aprova, é também agradável a Deus, para que seja legítimo e válido tudo o que se faz”²¹.

Na saudação inicial à Igreja de Roma, Inácio de Antioquia confere-lhe um título singular, referindo-se a ela como “a que preside na caridade” (*hê prokathemenê tês agapês*), sugerindo uma posição diferenciada em relação às demais comunidades cristãs. Esse reconhecimento não é feito a nenhuma outra igreja nas sete cartas atribuídas a Inácio, o que revela, ao menos implicitamente, uma consciência de primazia da Igreja de Roma. Em sua carta aos Esmirneses, Inácio reforça a centralidade da unidade e da submissão ao bispo como princípio de comunhão eclesial, ao afirmar que “onde está o bispo, ali deve estar a comunidade, assim como onde está Cristo Jesus, aí está a Igreja Católica”²². Embora não afirme diretamente que todas as igrejas devam se submeter ao bispo de Roma, seu elogio à Igreja romana como modelo de fé, amor e retidão doutrinária evidencia uma expectativa de harmonia e sintonia com ela.

Inácio reconhece à Sé Romana um tipo de autoridade moral sobre as demais igrejas, ainda não institucionalizada, mas já respeitada. Essa primazia, portanto, não seria ainda de caráter jurisdicional, mas simbólica e espiritual, estabelecendo a Igreja de Roma como referência para a ortodoxia e para a comunhão entre as igrejas espalhadas pelo Império Romano e pela Ásia Menor. Essa leitura encontra eco no desenvolvimento posterior do conceito de Primado Petrinum, mas com raízes já presentes na literatura patrística inicial.

2.3. Clemente Romano

Clemente Romano nasceu por volta do ano 35 d.C. e foi martirizado no ano 101 d.C., sob as ordens do imperador Trajano. É reconhecido como o quarto bispo de Roma, sucedendo Pedro, Lino e Anacleto. A tradição da sucessão apostólica é atestada por Santo Irineu de Lião em sua obra *Adversus Haereses* (Contra as Heresias), na qual afirma: “Os bem-aventurados apóstolos, fundando e organizando a Igreja de Roma, entregaram a administração da mesma a Lino [...]. Anacleto lhe sucedeu; depois de Anacleto, no terceiro lugar desde os apóstolos, Clemente obteve o episcopado”²³. Tal testemunho, escrito no final do século II, confere solidez histórica à sucessão episcopal e destaca a relevância de Clemente como uma das figuras centrais da patrística, não apenas como líder eclesial, mas também como autor da importante *Carta aos Coríntios*²⁴, na qual já se delineia uma compreensão da autoridade da Igreja de Roma nas questões doutrinárias e disciplinares, considerada por muitos estudiosos como o primeiro documento oficial da liderança da Igreja de Roma dirigido a outra comunidade cristã, sendo também o segundo mais antigo da literatura cristã primitiva, após alguns escritos do Novo Testamento.

²¹ INÁCIO DE ANTIOQUIA, *Carta aos Erminenses*, p. 118.

²² INÁCIO DE ANTIOQUIA, *Carta aos Erminenses*, p. 118.

²³ IRINEU DE LIÃO, *Contra as heresias*, p. 247.

²⁴ CLEMENTE ROMANO, *Padres Apostólicos*, p. 18.

Clemente foi, segundo antigas tradições, um dos primeiros a receber o batismo por intermédio do apóstolo Pedro por volta do ano 96 d.C. Contudo, ao referir-se a Clemente como “papa”, é importante esclarecer que o uso desse título, tal como compreendido hoje — como chefe supremo da Igreja Católica —, ainda não existia de forma institucionalizada no final do século I. O termo *papa* (*pappas*, do grego “pai”) era inicialmente uma expressão de respeito, utilizada em alguns contextos orientais para designar bispos, e só mais tarde passou a ser aplicado exclusivamente ao bispo de Roma. A referência a Clemente como “papa” deve, portanto, ser entendida com cautela, como uma aplicação retroativa baseada na sucessão apostólica, mas sem os atributos de supremacia universal que o cargo adquirirá nos séculos posteriores. Assim, é mais adequado reconhecer Clemente como bispo de Roma e uma das figuras fundadoras do pensamento patrístico, cuja autoridade era respeitada por outras comunidades cristãs já em sua época. Clemente Romano é considerado o primeiro Pai da Igreja Apostólica Romana por ter defendido publicamente o sistema religioso por meio da hierarquia sacerdotal e rituais dogmáticos. Sobre o termo “Pai da Igreja”, Ricardo Nascimento afirma que:

O título “Pai”, aplicado historicamente a alguns líderes cristãos, surgiu devido à reverência que muitos nutriam pelos bispos dos primeiros séculos. A estes chamavam carinhosamente de “Pais” devido ao amor e zelo que tinham pela Igreja, mais tarde, porém, este termo foi sacralizado pelos escritores eclesiásticos, por volta de 1073. Gregório VII reivindica com exclusividade o termo “PAPA”, ou seja, “Pai dos pais”. Ele tem sua originalidade na Igreja do Ocidente, do século II. Os “Pais Apostólicos” foram homens que tiveram contato direto com os apóstolos, ou que foi citado por alguns deles. Para três indivíduos – Clemente de Roma, Inácio e Policarpo – esta titulação é regularmente aplicada. Principalmente Policarpo, para o qual existem evidências de contato direto com os apóstolos.²⁵

Clemente Romano teve papel relevante na organização e consolidação da Igreja nascente. A ele é atribuída a promulgação de orientações litúrgicas e pastorais, como o uso da palavra *amém* nas celebrações e a estruturação da hierarquia eclesiástica com a distinção entre bispos (*epískopoi*), presbíteros e diáconos, como indicado em sua *Carta aos Coríntios*. No entanto, a afirmação de que ele “instituiu oficialmente o papado” ou que estabeleceu o rito do Crisma deve ser tratada com cautela, pois pode induzir a anacronismos. Na verdade, o título *papa* (do grego *pappas*, que significa “pai”) só foi reivindicado com exclusividade pelo bispo de Roma a partir do século XI, especialmente com o Papa Gregório VII por volta de 1073, como atestado por documentos canônicos da época. Antes disso, o termo era usado também por outros bispos,

²⁵ NASCIMENTO, R.M.B., Os Pais da Igreja.

inclusive no Oriente, como em Alexandria, onde o patriarca era frequentemente chamado de papa.

Portanto, ao se referir a Clemente como “papa”, é necessário compreender que tal designação é uma aplicação retroativa, baseada em listas sucessórias que ligam os bispos de Roma diretamente ao apóstolo Pedro. Essas listas, como atesta Irineu de Lião em *Adversus Haereses*, buscavam demonstrar a continuidade apostólica da doutrina, mas não implicavam ainda um primado universal no sentido jurídico e hierárquico²⁶. Assim, a “primazia romana” em Clemente deve ser compreendida como uma primazia de doutrina e comunhão, respeitada pelas demais igrejas, mas sem o caráter monárquico que será desenvolvido nos séculos seguintes.

Em sua *Primeira Carta aos Coríntios*²⁷, oferece uma das primeiras reflexões teológicas sobre a organização ministerial da Igreja. No capítulo 42 da obra, ele afirma que “os apóstolos [...] instituíram os primeiros frutos [de seus trabalhos], provando-os pelo Espírito, para serem bispos e diáconos dos futuros fiéis”, evidenciando uma preocupação com a sucessão legítima e a manutenção da ordem eclesial. Mais adiante, no capítulo 44, Clemente adverte contra a remoção injusta de presbíteros legítimos, reforçando a ideia de estabilidade e autoridade no exercício do ministério: “Os que foram designados pelos apóstolos, ou posteriormente pelos homens eminentes com o consentimento de toda a Igreja, e que serviram irrepreensivelmente, esses não devem ser depostos”²⁸. Tais passagens demonstram que, já no final do século I, havia uma estrutura eclesial tripartida – bispos, presbíteros e diáconos – e uma forte ênfase na sucessão apostólica como critério de legitimidade. A proposta de Clemente é claramente voltada para a preservação da unidade e da autoridade na Igreja, reforçando o princípio de que a liderança deve emanar de um chamado legítimo e reconhecido pela comunidade.

A *Carta aos Coríntios*, datada de 55 d.C., é escrita tendo em vista o clima de tensões, conflitos, divisões e escândalos existentes nessa comunidade fundada em 51 d.C., sendo a mesma advertida por Paulo (1Cor 1,10-12). Ela está dividida em três partes. A primeira parte, corresponde a um prólogo onde Clemente Romano explica a demora de sua intervenção nesta comunidade, além de lembrá-los das virtudes do passado e das consequências funestas da discórdia. A segunda parte compreende aos capítulos 4-36, contempla “considerações, admoestações morais com o objetivo de reestabelecer a paz e a concórdia na Comunidade de Corinto”.²⁹ A terceira parte da *Carta aos Coríntios*, capítulos 37-61, Clemente Romano “insiste sobre a hierarquia eclesial e a necessidade de submissão às legítimas autoridades. Para isso, mostra

²⁶ IRINEU DE LIÃO, *Contra as heresias*, p. 141.

²⁷ CLEMENTE ROMANO, *Primeira Carta aos Coríntios*, p. 36.

²⁸ CLEMENTE ROMANO, *Primeira Carta aos Coríntios*, p. 37.

²⁹ CLEMENTE ROMANO, *Padres Apostólicos*, p. 18.

como formamos um corpo em Cristo e como neste corpo deve reinar a unidade³⁰ e não a desordem, pois Deus quis e quer a ordem nas alianças”.³¹

Roque Frangiotti e Alessandro Lima, do Veritatis Splendor, afirmam que a Carta aos Coríntios de Clemente Romano é:

A melhor introdução à História da Igreja. É importante para a jurisdição eclesiástica, sucessão apostólica, hierarquização dos membros da comunidade, mostrando como os fiéis são inferiores aos presbíteros e para a liturgia. A Igreja aparece fundada sobre a autoridade imediata dos apóstolos. É uma (não existindo outras), apostólica (gerada através da sucessão regular dos apóstolos), corpo de Cristo.³²

Percebemos a importante contribuição que Clemente Romano teve para com a organização e estruturação da Igreja nascente. Nosso intuito aqui não é descrever os pormenores da *Carta de Clemente Romano ao Coríntios*, mas sim, buscar entender e compreender o primado romano no início do cristianismo.

3. O Primado Romano

Nesta seção, pretendemos compreender e entender o que é o Primado Romano e como ele se desenvolveu, e porque recebeu esse nome. Para iniciarmos, partiremos pelo Primado Petrino, perpassando pelo Primado Romano e por fim Roma como centro da comunhão das demais igrejas até o século III.

3.1. O Primado Petrino

Para compreendermos o desenvolvimento do Primado Romano até o século III, é necessário partir da figura do apóstolo Pedro e da passagem de Mateus 16,17-19. Após a confissão de fé de Pedro, Jesus lhe diz: “Bem-aventurado és tu, Simão, filho de Jonas, porque não foi a carne nem o sangue que te revelaram isso, mas meu Pai que está nos céus. Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja” (Mt 16,17-18). Em seguida, Cristo lhe confere as “chaves do Reino dos Céus”, dando-lhe autoridade para ligar e desligar (Mt 16,19). Essa passagem tem sido tradicionalmente interpretada pela teologia católica como a instituição do Primado de Pedro, fundamento para o papel singular do bispo de Roma na unidade e autoridade da Igreja. No entanto, é importante reconhecer que exegetas protestantes e orientais oferecem interpretações distintas. Há teólogos como Agostinho³³ defendem que a “pedra” (πέτρα, pedra) sobre a qual a Igreja é edificada refere-se à confissão de fé de Pedro, e não à sua pessoa; já a tradição ortodoxa oriental reconhece a importância de Pedro, mas entende seu papel como representativo de todos os apóstolos, não exclusivo. Apesar dessas divergências, adoto aqui

³⁰ Vimos em Santo Inácio de Antioquia expresso o mesmo desejo de unidade. Lembramos que Inácio e Clemente são contemporâneos.

³¹ CLEMENTE ROMANO, *Padres Apostólicos*, p. 19.

³² FRANGIOTTI, R.; LIMA, A., *São Clemente de Roma: Epístola aos Coríntios*.

³³ AGOSTINHO, *As retratações*, p. 53

a interpretação patrística ocidental, que remonta a autores como Tertuliano e Leão Magno, e que vê em Pedro uma função pessoal e concreta conferida por Cristo, que se perpetua no bispo de Roma como sinal de unidade e continuidade apostólica. Essa perspectiva é coerente com o desenvolvimento histórico e doutrinário da Igreja do Ocidente, especialmente com o testemunho das primeiras comunidades cristãs que recorriam à autoridade de Roma em momentos de crise, como já se vê na carta de Clemente aos Coríntios no final do século I.

A liderança e a importância de Pedro podem ser comprovadas em várias passagens bíblicas, especialmente após a ressurreição de Jesus, tendo em vista que Pedro tem a primazia ao adentrar no túmulo onde Cristo havia sido sepultado. Embora João corra mais rápido e chegue primeiro, ele apenas observa sem entrar, em sinal de respeito à autoridade de Pedro (Jo 20,3-8). Essa posição de liderança se confirma quando Pedro se torna o porta-voz dos apóstolos, como no episódio em que responde a Jesus: “A quem iremos?” (Jo 6,68). Após três anos de missão, o próprio Paulo dirige-se a Jerusalém para encontrar-se com Pedro, permanecendo quinze dias com ele e os demais apóstolos (Gl 1,18). Pedro também integra o grupo dos três apóstolos mais próximos de Jesus — Pedro, Tiago e João — presentes em momentos significativos como a transfiguração e a agonia no Getsêmani (Mc 9,2; 14,33; Mt 26,36). Além disso, é ele quem aparece sempre em primeiro lugar nas listas dos doze apóstolos apresentadas pelos evangelhos sinóticos e pelos Atos dos Apóstolos: “Primeiro Simão, chamado Pedro” (Mt 10,2; Mc 3,16; Lc 6,14; At 1,13).

Esses cinco episódios atestam sobre a importância de Pedro antes mesmo da Igreja primitiva surgir, uma vez que Jesus estava preparando os seus para poderem desempenharem a missão de espalhar por toda a Terra a Boa Nova do Reino dos Céus. Contemplamos aqui a liderança que Pedro já exercia antes mesmo da paixão-morte-ressurreição de Jesus.

Pedro, um simples pescador chamado por Jesus para ser “pescador de homens” (Mt 4,19), é reconhecido pela tradição cristã como o primeiro bispo de Roma e, séculos mais tarde, entendido como o primeiro papa da Igreja. No entanto, é fundamental esclarecer que o uso do título *papa*, tal como compreendido hoje — como chefe supremo da Igreja Católica —, não existia nos primeiros séculos do cristianismo. Conforme explica Monsenhor Zilles, “o título papa, para o bispo de Roma, encontra-se, assim, parece, pela primeira vez numa inscrição do fim do século III. A partir do século VI torna-se, cada vez mais, um título honorífico a ser atribuído ao bispo de Roma”³⁴. Isso reforça a ideia de que o termo *papa* foi inicialmente uma expressão de reverência e não uma designação exclusiva do bispo romano.

Tal entendimento evita confusões com interpretações retroativas, como mencionado anteriormente na citação 16, onde se observa que apenas no século XI, com o Papa Gregório VII, o título *Papa* passou a ser usado com exclusividade pelo bispo de Roma. Vale lembrar ainda que, durante os primeiros séculos, bispos de outras localidades, como Alexandria, também eram chamados de *papas*. A aplicação do termo a Pedro, portanto, deve ser entendida como uma projeção teológica posterior, fundamentada na sucessão episcopal de Roma e no papel especial que Pedro ocupa na tradição ocidental, mas sem ignorar as complexidades históricas e terminológicas envolvidas.

Há relatos antigos que indicam que Pedro teria ido a Roma por volta do ano 42 d.C., em uma primeira viagem missionária, durante a qual pregou à comunidade cristã nascente. Com base

³⁴ ZILLES, U., O Papa na Igreja Católica, p. 123.

nessas tradições, é comum afirmar que ele teria sido o primeiro bispo de Roma. Contudo, é necessário esclarecer o que se entende por *bispo* nesse contexto. No século I, o termo grego *epískopos* ainda era utilizado de maneira relativamente fluida, muitas vezes como sinônimo de *presbítero* (*presbyteros*), não havendo ainda uma estrutura episcopal monárquica consolidada como nos séculos seguintes. A liderança das comunidades cristãs era exercida de forma colegiada, com anciãos e líderes espirituais escolhidos localmente.

Portanto, ao se dizer que Pedro foi o “primeiro bispo de Roma”, trata-se de uma leitura teológica retroativa, baseada na sucessão apostólica e na autoridade moral que ele exercia como apóstolo. Essa afirmação não necessariamente exclui a possibilidade de já haver liderança local em Roma — possivelmente formada por presbíteros ou mesmo por outros bispos em sentido coletivo. A tradição cristã, entretanto, reconhece Pedro como aquele que fundou, organizou e fortaleceu a Igreja romana, sendo posteriormente listado como o primeiro em uma linha de sucessores episcopais.

Após esse período inicial em Roma, Pedro retorna a Jerusalém, onde, por volta do ano 51 d.C., participa ativamente do Concílio de Jerusalém, ocasião em que se discutiu a obrigação da circuncisão e da observância da Lei Mosaica para os gentios (At 15). Nessa época, a liderança da Igreja em Jerusalém não estava nas mãos de Pedro, mas de Tiago, chamado o “irmão do Senhor”, evidenciando a existência de diferentes centros de autoridade na Igreja primitiva e confirmando que Pedro não exercia uma função episcopal única em Jerusalém.

No dia de Pentecostes, Pedro, cheio do Espírito Santo, levanta-se com ousadia para proclamar o senhorio de Jesus e anunciar a Boa Nova à multidão, denunciando a responsabilidade daqueles que haviam crucificado o Messias e conclamando todos ao arrependimento e ao batismo (At 2,14-41). A partir desse momento, Pedro assume visivelmente a missão que Jesus lhe confiara, tornando-se o porta-voz dos apóstolos e a figura de liderança entre os primeiros cristãos. Segundo tradições e testemunhos eclesiásticos antigos, há relatos de que Pedro tenha viajado a Roma por volta do ano 42 d.C., onde teria pregado à comunidade local e iniciado sua missão evangelizadora, sendo reconhecido posteriormente como o primeiro bispo de Roma.

Contudo, é importante esclarecer o que se entende por *bispo* (*epískopos*) nesse contexto. No século I, a estrutura da Igreja ainda estava em formação, e o termo *epískopos* era usado de forma intercambiável com *presbítero*, indicando aquele que exercia função de supervisão espiritual e administrativa na comunidade. A figura do “bispo monárquico”, como se consolidaria nos séculos posteriores, ainda não estava plenamente desenvolvida. Portanto, afirmar que Pedro foi o “primeiro bispo de Roma” é uma compreensão retroativa, baseada na tradição da sucessão apostólica e na autoridade singular que lhe era atribuída, mas que não exclui a possibilidade de já existir algum tipo de liderança organizada na comunidade romana antes de sua chegada.

Após esse período em Roma, Pedro teria retornado a Jerusalém, onde participou do Concílio de Jerusalém no ano 51 d.C. (At 15), que tratou da controvérsia sobre a circuncisão e a observância da Lei Mosaica por parte dos gentios convertidos. Nessa ocasião, embora Pedro tenha exercido papel importante no debate, a liderança da Igreja em Jerusalém estava sob a responsabilidade de Tiago, o “irmão do Senhor”, evidenciando a coexistência de múltiplos centros de autoridade na Igreja primitiva.

No Concílio de Jerusalém, ocorrido por volta do ano 51 d.C. (At 15), Pedro tem papel fundamental ao afirmar que “Deus não faz distinção entre nós e eles” (At 15,9), referindo-se aos gentios convertidos, e ao defender que a salvação vem pela graça e não pela observância da Lei

Mosaica. No entanto, é Tiago quem preside a assembleia e dá a palavra final, propondo uma solução conciliatória (At 15,13-21). Essa liderança de Tiago se explica pelo fato de ele ser reconhecido como “irmão do Senhor” (Gl 1,19) e por ter sido, segundo a tradição, o primeiro bispo da comunidade de Jerusalém. Pedro, embora possuísse uma autoridade carismática e doutrinal entre os apóstolos, não exercia uma função administrativa contínua naquela comunidade específica. Essa distinção entre liderança espiritual e liderança local é importante para entender a diversidade de funções no seio da Igreja primitiva.

Quanto ao reconhecimento da autoridade de Pedro em Roma, a tradição patrística oferece testemunhos significativos. Irineu de Lião, escrevendo no final do século II, afirma:

Mas visto que seria coisa bastante longa elencar, numa obra como esta, as sucessões de todas as igrejas, limitar-nos-emos à maior e mais antiga e conhecida por todos, à igreja fundada e constituída em Roma, pelos dois gloriosíssimos apóstolos, Pedro e Paulo, e, indicando a sua tradição recebida dos apóstolos e a fé anunciada aos homens, que chegou até nós pelas sucessões dos bispos, refutaremos todos os que de alguma forma, quer por enfatuação ou vanglória, quer por cegueira ou por doutrina errada, se reúnem prescindindo de qualquer legitimidade. Com efeito, deve necessariamente estar de acordo com ela, por causa da sua origem mais excelente, toda a igreja, isto é, os fiéis de todos os lugares, porque nela sempre foi conservada, de maneira especial, a tradição que deriva dos apóstolos³⁵.

Esse reconhecimento não implica, ainda, em obediência jurídica, como se veria nos séculos posteriores, mas expressa uma deferência eclesial à autoridade apostólica associada à Sé Romana, sobretudo à figura de Pedro. É importante esclarecer que o *Primado Petrino*, tal como referido nos estudos teológicos, não era compreendido de forma plenamente desenvolvida ou institucionalizada na época em que Pedro viveu. Por *primado*, entende-se aqui uma posição de destaque e precedência entre os apóstolos, fundamentada na missão especial conferida por Cristo, conforme narrado em Mateus 16,17-19 e João 21,15-17. No entanto, esse primado era sobretudo de natureza espiritual e moral, baseado na liderança, no testemunho e na fé de Pedro, e não no exercício de um poder jurídico ou hierárquico como o que será atribuído posteriormente ao bispo de Roma.

Durante sua vida, Pedro não possuía autoridade formal para nomear bispos em outras comunidades, tampouco exercia uma jurisdição centralizada sobre as demais igrejas. Era respeitado como líder, como aquele que, por sua convivência direta com Cristo e papel nas decisões iniciais da Igreja, assumia uma posição de referência. Assim, quando falamos de *Primado Petrino* nesse contexto, estamos nos referindo a uma primazia de honra e de serviço, reconhecida pela comunidade cristã primitiva, mas distinta da *Primazia jurisdicional* — isto é, o poder canônico e governamental — que será mais claramente formulada nos séculos posteriores, especialmente a partir do desenvolvimento da eclesiologia romana e das formulações dogmáticas do primeiro milênio.

3.2. O Primado Romano

³⁵ IRINEU DE LIÃO, *Contra as heresias*, p. 147.

Para compreendermos o Primado Romano em sua configuração histórica e teológica, recorremos ao teólogo jesuíta Klaus Schatz, que afirma: “Roma era considerada o centro da comunhão eclesial, porque nela a fé apostólica se mantinha intacta e, portanto, as outras igrejas deviam estar em comunhão com ela”³⁶. Essa percepção reflete uma primazia baseada na ortodoxia da fé e na unidade doutrinal, e não necessariamente em um poder jurídico ou absoluto nos primeiros séculos. Uma das prováveis respostas deve-se ao fato do significado religioso e espiritual da Igreja de Roma. E para tanto, corrobora conosco Schatz que nos diz:

Esta grande estima da igreja romana não pode ser dissociada da tradição de Pedro e Paulo, isto é, do fato de o túmulo onde repousam os dois Apóstolos se encontrar em Roma. A estima que ambos gozam e seu significado destacado na tradição neotestamentária são transferidos, de uma forma difícil de explicar, para a comunidade romana. De acordo com esta categoria religiosa, a comunidade romana assume desde muito cedo uma responsabilidade fraterna e uma especial solicitude pelas outras Igrejas.³⁷

Um dos motivos pelos quais a cidade de Roma passou a ser considerada como o “centro da fé”, segundo Schatz, é o fato de conservar o túmulo dos apóstolos Pedro e Paulo, cujos testemunhos e mártírios representam pilares do cristianismo primitivo. Essa veneração não é apenas uma tradição posterior, mas já se manifesta na literatura patrística. Irineu de Lião, no final do século II, atesta diretamente essa realidade ao afirmar: “Com efeito, a Igreja fundada e estabelecida em Roma pelos gloriosíssimos apóstolos Pedro e Paulo [...] é a mais antiga e mais conhecida por todos, pois foi fundada e constituída pelos dois apóstolos”³⁸. Ele destaca ainda que a sucessão episcopal romana é uma garantia da preservação da fé apostólica. Dessa forma, a centralidade de Roma se justifica não apenas por fatores geográficos ou políticos, mas pela memória viva dos apóstolos que ali deram testemunho máximo de sua fé, reforçando o papel especial da Igreja de Roma na comunhão entre as demais igrejas.

Por Pedro ter vivido em Roma e, após o seu martírio, Lino também viveu, e assim Cleto, Clemente e todos os demais bispos de Roma, Roma goza assim da primazia, pois detém os fundamentos da Igreja outorgada por Jesus Cristo a Pedro. Além disso, pelo fato de Roma ser a sede do Império Romano, a Igreja sendo implementada no centro do mundo, teria maior possibilidades de expansão.

Porém, faz-se necessário registrar que essa primazia da Igreja de Roma, durante os primeiros séculos do cristianismo, era de natureza convencional e relacional, e não ainda jurisdicional ou hierárquica no sentido estrito. Trata-se de uma primazia entendida como um reconhecimento espontâneo de autoridade espiritual, fruto do testemunho apostólico e da fidelidade doutrinal preservada por aquela igreja. Como ressalta Schatz, trata-se de uma centralidade funcional, onde Roma era vista como ponto de referência para a unidade e a ortodoxia da fé, e não como uma sede de governo com poder de comando sobre todas as outras igrejas. Em termos conceituais, primazia aqui deve ser compreendida como uma posição de preeminência honorífica e pastoral, baseada na comunhão e no prestígio espiritual, e não como

³⁶ SCHATZ, K., *El Primado del Papa*, p. 19.

³⁷ SCHATZ, K., *El Primado del Papa*, p. 26.

³⁸ IRINEU DE LIÃO, *Contra as heresias*, p. 121-122.

um sistema de subordinação institucional. Era, como se diz popularmente, uma posição de respeito e devoção reconhecida pelas demais comunidades cristãs, especialmente por abrigar os túmulos de Pedro e Paulo e manter viva a tradição apostólica.

Seguindo nessa mesma direção, adentramos num ponto importante que diz respeito a estruturação e a solidez da Igreja Católica, a tradição. Sobre ela, Schatz corrobora que:

Em relação a tradição, nem todas as igrejas são do mesmo escalão. Especialmente importantes são as Sedes apostólicas, as igrejas apostólicas, ou seja, as igrejas fundadas pelos Apóstolos, nas quais atuaram ou em que o seu túmulo está localizado. Nestas igrejas, o vínculo de união com a origem é mais firme, a tradição mais viva, e mais perto desse contacto com o apostólico que preserva contra a heresia. Estas igrejas apostólicas, que se consideram menos expostas ao perigo de sucumbir as vãs novidades, são, entre outras, Antioquia, Filipos, Éfeso, Corinto, Tessalônica e, claro, Roma.

Este princípio confere a Roma uma certa vantagem. Em qualquer caso, não havia uma igreja local que poderia competir com Roma, onde se encontram os túmulos dos Apóstolos, cada um dos quais separados, com seu peso e significação para a tradição neotestamentária, destacava sobre os demais; no máximo, João o discípulo preferido, poderia ser citado junto com Pedro e Paulo. Além do mais, sem uma ideia explícita de um sucessor de Pedro, era claro a autoridade do primeiro Apóstolo – a rocha sobre a qual a Igreja é construída e a quem o poder das chaves foi confiado – foi transcender a Igreja de Roma.

(...) Pedro e Paulo transmitiram a sua fé à Igreja Romana como legado e fundação permanente. A sua prova de fé, definitiva e perfeita no sangue derramado, é transmitida na tradição; seus martírios continuam presentes no testemunho da Igreja Romana.³⁹

Portanto, Roma, a capital do Império Romano, contendo o testemunho fiel tanto de Pedro, quanto de Paulo, torna-se convencionalmente a sede oficial da Igreja Católica já no primeiro século, não havendo a necessidade de decreto ou oficialização, mas pelo fato de estarem enterrados Pedro e Paulo, e os sucessores de Pedro permanecerem na cidade eterna firmes e fiéis até o martírio, se preciso fosse, para testemunhar e anunciar a Boa Nova a todos os povos, em especial ao povo romano. Tudo isso foi aos poucos, com o tempo se convencionando e atribuindo à Roma esse contexto.

Sobre o Primado, diz-nos o monsenhor Zilles, que este refere-se como:

Lugar e ao poder do papa na Igreja. [...] A Igreja católica tem como uma de suas propriedades a Apostolicidade, ou seja, a tradição da doutrina de geração em geração e a sucessão apostólica. Dentro da sucessão apostólica, o bispo de Roma ocupa um lugar privilegiado por ser o sucessor de Pedro, chefe do colégio dos Apóstolos. Nessa função, detém o primado, isto é, o lugar primeiro e autoridade suprema da Igreja.⁴⁰

³⁹ SCHATZ, K., *El Primado del Papa*, p. 31.

⁴⁰ ZILLES, U., *O Papa na Igreja Católica*, p. 33.

A autoridade suprema da Igreja que o monsenhor Zilles⁴¹ nos apresenta corresponde ao papa, sucessor de Pedro, bispo de Roma, membro do colégio apostólico que vive a Apostolicidade, sendo eleito bispo pela imposição das mãos, como faziam aos apóstolos.

Para fins de esclarecimento e compreensão de como o primado é visto hodiernamente, recorremos ao cardeal Ratzinger quando escreve para o *Observatório Romano* sobre o Primado do sucessor de Pedro na Igreja. Transcrevemos aqui alguns fragmentos que julgamos pertinentes:

O exercício do ministério petrino deve ser entendido para que «nada perca da sua autenticidade e transparência a partir do Evangelho, ou seja, da sua inserção essencial no mistério salvífico de Cristo e na edificação da Igreja. O Primado, na própria essência e no próprio exercício, difere das funções de governo vigentes nas sociedades humanas; não é uma função de coordenação ou de presidência, nem se reduz a um Primado de honra, nem pode ser concebido como uma monarquia de tipo político.

O Romano Pontífice está como todos os fiéis submetido à Palavra de Deus, à fé católica e é garantia da obediência da Igreja e, neste sentido, *servus servorum*. Ele não decide segundo o próprio arbítrio, mas dá voz à vontade do Senhor, que fala ao homem na Escritura vivida e interpretada pela Tradição; noutros termos, a *episkopè* do Primado tem os limites que procedem da lei divina e da inviolável constituição divina da Igreja, contida na Revelação. O Sucessor de Pedro é a rocha que, contra a arbitrariedade e o conformismo, garante uma rigorosa fidelidade à Palavra de Deus: daí resulta também o carácter martirológico do seu Primado.

As características do exercício do Primado devem ser compreendidas sobretudo a partir de duas premissas fundamentais: a unidade do Episcopado e o caráter episcopal do próprio primado. Sendo o Episcopado uma realidade “una e indivisa” o Primado do Papa comporta a faculdade de servir efetivamente a unidade de todos os Bispos e de todos os fiéis, e “é exercido a vários níveis, que concernem à vigilância sobre a transmissão da Palavra, a celebração sacramental e litúrgica, a missão, a disciplina, e a vida cristã”; a estes níveis, por vontade de Cristo, todos na Igreja, os Bispos e os outros fiéis, devem obediência ao Sucessor de Pedro, o qual é também garantia da legítima diversidade de ritos, disciplinas e estruturas eclesiais entre o Oriente e o Ocidente.⁴²

Um dos problemas do Primado Romano consiste na “tentativa de centralizar a Igreja na forma monárquica (...) culminando no papado”,⁴³ na sua estrutura hierárquica. A prerrogativa para isso era o ministério confiado a Pedro, tendo, portanto, o primado de jurisdição, prometido e conferido por Jesus Cristo conforme já mencionado em Mt 16, confirmado por muitos relatos e fatos registrados na Sagrada Escritura, sendo esse ministério apostólico de caráter de sucessão. Mas no princípio não era assim, o que se tinha era um respeito, uma admiração, um reconhecimento pela importância dos apóstolos, convencendo-se assim ao longo do tempo a primazia, sendo a mais representativa do que impositiva sobre sua importância e magnitude.

⁴¹ ZILLES, U., O Papa na Igreja Católica.

⁴² RATZINGER, J., O primado do sucessor de Pedro no mistério da Igreja, p. 6-7.

⁴³ ROMAG, D., Compêndio da História da Igreja, p. 97.

Temos o registro de alguns Padres da Igreja que atestam a primazia da Igreja de Roma, como Inácio de Antioquia na saudação na *Carta ao Romanos* ao escrever: “à Igreja que preside na região dos romanos, digna de Deus, digna de honra, digna de ser chamada feliz, digna de louvor, digna de sucesso, digna de pureza, que preside ao amor, que porta a lei de Cristo, que porta o nome do Pai; eu a saúdo em nome de Jesus Cristo, o Filho do Pai”.⁴⁴

Irineu de Lião ao defender a continuidade da fé apostólica por meio da sucessão episcopal, afirma: “na Igreja continua vivo o ensinamento dos apóstolos sem nenhuma alteração — garantido isto pela sucessão ininterrupta dos bispos na Igreja; entre estas cabe certa primazia à Igreja de Roma, pois fora fundada por dois apóstolos conjuntamente”.⁴⁵ Essa afirmação suscita reflexões importantes quanto à origem e ao desenvolvimento da primazia no cristianismo primitivo. Em primeiro lugar, é possível compreender que a Primazia Petrina, baseada nas palavras de Cristo a Pedro (Mt 16,18-19; Jo 21,15-17), é um fundamento teológico anterior à Primazia Romana, que se consolida historicamente pela associação da Sé Romana com os apóstolos Pedro e Paulo.

Contudo, o destaque dado por Irineu à fundação conjunta de Roma por *Pedro e Paulo* sugere também uma Primazia Paulina, pelo menos no sentido de reconhecimento da autoridade doutrinal de Paulo e de seu martírio na cidade. Irineu não atribui exclusivamente a Pedro a origem da primazia de Roma, mas enfatiza a comunhão de ambos os apóstolos como fundamento da autoridade daquela igreja. Assim, pode-se afirmar que, no século II, a Primazia Romana surge como uma síntese do testemunho apostólico de Pedro e Paulo, ainda não reduzida a uma interpretação exclusivamente petrina. A ênfase de Irineu é menos sobre uma hierarquia individualizada e mais sobre a fidelidade da Igreja de Roma à tradição apostólica que ambos representavam.

Cipriano de Cartago, especificamente quando escreve *‘De unitate ecclesiae’*, defende o Primado Romano, bem como que a unidade da Igreja não é comprometida com a sua expansão. Escreve o Padre da Igreja: “a Igreja é uma, embora compreenda uma multidão sempre crescente com o aumento de sua fecundidade”.⁴⁶ Ele argumenta que a Igreja permanece uma porque sua origem é divina, fundamentada em Cristo, e essa unidade não é fragmentada pelo aumento de sua fecundidade. Essa concepção ecoa a imagem bíblica da videira e dos ramos (Jo 15,5), onde todos os fiéis, embora espalhados pelo mundo, permanecem unidos à única raiz que é Cristo.

Além disso, Cipriano defende a centralidade da Sé de Pedro, confirmando o Primado Romano como princípio unificador da Igreja. Ele sustenta que, assim como Pedro recebeu as chaves do Reino (Mt 16,18-19) e foi chamado a fortalecer seus irmãos na fé (Lc 22,32), a unidade eclesial deve se manter em comunhão com a Cátedra de Pedro. Para ele, separar-se dessa unidade significa guardá-lo da verdadeira Igreja.

Dessa forma, Cipriano harmoniza dois aspectos aparentemente paradoxais: a expansão da Igreja e a manutenção de sua unidade. Para ele, a multiplicidade das comunidades cristãs não gera divisão, pois todas estão vinculadas por um mesmo Espírito e uma mesma fé. Esse pensamento é crucial para a eclesiologia católica, reafirmando que a diversidade na Igreja não compromete sua unidade, mas a riqueza, desde que permaneça em comunhão com sua fonte apostólica.

⁴⁴ INÁCIO DE ANTIOQUIA, *Carta aos Romanos*, p. 103.

⁴⁵ IRINEU DE LIÃO, *Contra as heresias*, p. 24.

⁴⁶ CIPRIANO DE CARTAGO, *Cipriano de Cartago*, p. 134.

Clemente Romano, na saudação na *Primeira Carta aos Coríntios*, pontua: “a Igreja de Deus que vive como estrangeira em Roma, para a Igreja de Deus que vive como estrangeira em Corinto”⁴⁷, utiliza a expressão “a Igreja de Deus que vive como estrangeira”, tanto para se referir à comunidade cristã em Roma quanto à de Corinto. Essa saudação revela, portanto, um aspecto fundamental da identidade cristã primitiva: a consciência de que os seguidores de Cristo estavam no mundo, mas não pertenciam a ele plenamente (Jo 17,16). O termo “estrangeira” sugere uma condição de peregrinação, remetendo à ideia de que os cristãos formam um povo a caminho do Reino de Deus, vivendo em meio às estruturas terrenas, mas com a esperança voltada para a pátria celestial. Além disso, reflete a situação de marginalização que muitos cristãos enfrentavam no contexto do Império Romano, reforçando a unidade entre as comunidades e sua fidelidade ao Evangelho mesmo em meio às dificuldades.

3.3. Roma como centro e comunhão entre as Igrejas

Já argumentamos anteriormente sobre a centralidade romana no tangente da sede da Igreja. Ao nos referirmos a Roma como o centro e comunhão entre as Igrejas, baseamo-nos no conceito que caracteriza as Igrejas primitivas que é a comunhão dos integrantes da igreja local entre si e com o seu bispo – tendo em vista que cada cidade possuía um bispo que era auxiliado pelos presbíteros e diáconos, como já mencionamos anteriormente neste artigo. Assim, era possível saber quem estava em comunhão com a Igreja e com o bispo e quem não estava sendo emitido cartas para aqueles cristãos que iriam mudar de endereço para que os mesmos pudessem ser acolhidos por outros cristãos e, assim, sentirem-se integrantes da nova comunidade. Schatz nos diz que “o membro da ‘Católica’ pode participar da eucaristia”.⁴⁸

Da mesma forma, as decisões importantes tomadas em cada Igreja, especialmente na Igreja de Roma, eram comunicadas às demais para que todas pudessem permanecer em unidade. Com o passar do tempo, a Igreja de Roma passou a acolher ideias, questões e necessidades conflitantes das outras Igrejas, a fim de que muitos assuntos pudessem ser debatidos e refletidos em conjunto, surgindo, assim, um espírito de sinodalidade.

Os sucessores de Pedro não tinham autoridade sobre as demais igrejas, ao ponto de que, no século III, três grandes Igrejas adquirem uma autoridade especial, como a Igreja de Roma, de Alexandria e de Antioquia. Havia comunidades cristãs no norte da África, na Espanha e na Galia. Quando surgia algum conflito a questão era remetida para a Igreja de Roma, como no episódio ocorrido em 255 quando o bispo Marciano havia excomungado para sempre e negado a possibilidade de penitência aos membros de sua comunidade que havia cometido apostasia. Neste caso, o bispo Cipriano de Cartago ficou sabendo e interpelou ao bispo romano Estevão para que o mesmo tomasse uma posição frente a essa situação, pois Cipriano não concordava com a posição de Marciano.

Sobre a unidade e espírito de comunhão entre as Igrejas católicas com Roma, Cipriano, bispo de Cartago, escreve após a escolha de Cornélio como bispo de Roma o seguinte: “nós reconhecemos em ti, em tua comunidade a unidade e a caridade da Igreja católica”.⁴⁹ Essa afirmação reforça a importância da unidade e da comunhão entre as Igrejas cristãs com Roma no

⁴⁷ CLEMENTE ROMANO, *Padres Apostólicos*, p. 23.

⁴⁸ SCHATZ, K., *El Primado del Papa*, p. 43.

⁴⁹ SCHATZ, K., *El Primado del Papa*, p. 46.

século III. Seu reconhecimento de Cornélio como bispo de Roma demonstra não apenas o respeito à sua autoridade, mas também a visão de que a Igreja romana desempenhava um papel central na manutenção da unidade e da caridade dentro da cristandade.

Esse prestígio da comunidade romana não surge isoladamente, mas se desenvolve a partir de sua posição histórica e doutrinária. Roma era considerada a sede de Pedro. Assim, sua liderança era reconhecida por outras comunidades cristãs, que viam nela um modelo de referência para a fé e a prática eclesial. Além disso, a Igreja de Roma assumia um papel ativo na resolução de conflitos e na orientação doutrinária das demais igrejas. Em um período marcado por perseguições e desafios internos, como disputas teológicas e cismas, a comunidade romana era um ponto de estabilidade e solidariedade. A escolha de Cornélio, por exemplo, foi um momento de reafirmação dessa unidade, especialmente frente à controvérsia envolvendo Novaciano, que tentou se estabelecer como bispo rival.

Portanto, no século III, a Igreja de Roma não apenas gozava de prestígio, mas também era vista como um centro de referência moral e doutrinária para as demais comunidades cristãs. Sua posição se consolidava não por imposição, mas pelo reconhecimento da sua importância na preservação da comunhão e da caridade cristã entre as igrejas.

Conclusão

Para compreender o desenvolvimento do Primado Romano entre os séculos I e III, é essencial considerar a estrutura da Igreja primitiva e a sucessão apostólica. O reconhecimento da Sé Romana como referência de unidade e ortodoxia não surgiu por imposição, mas pela sua associação com os apóstolos Pedro e Paulo, bem como por sua posição estratégica no Império Romano. De acordo com Irineu de Lião⁵⁰, a Igreja de Roma preservava a tradição recebida diretamente dos apóstolos, tornando-se um ponto de convergência doutrinal para as demais comunidades cristãs.

Nos primeiros três séculos, o bispo de Roma exercia uma primazia de honra e influência moral, fundamentada na preservação da fé apostólica e na comunhão com as igrejas locais. Como destaca Schatz⁵¹, Roma ainda não possuía uma autoridade jurisdicional sobre as demais igrejas, mas era reconhecida por seu papel na resolução de controvérsias e na manutenção da unidade eclesial. A correspondência entre Clemente Romano e a comunidade de Corinto, assim como o apoio de Cipriano de Cartago ao bispo Cornélio, exemplificam esse reconhecimento da Sé Romana como mediadora e símbolo da unidade da Igreja.

⁵⁰ IRINEU DE LIÃO, *Contra as heresias*, p. 121.

⁵¹ SCHATZ, K., *El Primado del Papa*.

Nesse período, o Primado Romano, exercido pelo bispo de Roma, tinha como principal missão preservar a unidade dos cristãos. Como sucessor de Pedro, ele desempenhava um papel central na disseminação do Evangelho e na manutenção da coesão entre as igrejas. O conceito de episcopado, compreendido como uma realidade “una e indivisa”, reforçava essa função, embora ainda não houvesse uma estrutura hierárquica consolidada.

Dessa forma, nos primeiros três séculos, o Primado Romano era mais um símbolo de unidade do que uma instituição com autoridade jurisdicional plena. Cada igreja mantinha sua autonomia e escolhia seu próprio bispo, sem necessidade de aprovação da Sé Romana. Ainda assim, os Primado Petrino e Romano contribuíram significativamente para a estruturação e propagação da fé, dando continuidade à missão iniciada pelos apóstolos.

A primazia romana nessa época era exercida mais por consenso e deferência do que por um poder institucionalizado. Seu reconhecimento foi um processo gradual, baseado na fidelidade doutrinária e na liderança espiritual da Sé Romana, cuja influência se consolidaria nos séculos seguintes como eixo central da cristandade. Embora a estrutura hierárquica do Primado tenha se desenvolvido posteriormente, sua base já estava estabelecida no período analisado. O conceito de Primado Petrino, fundamentado na interpretação de Mateus 16,18-19, forneceu um embasamento teológico para a posição singular do bispo de Roma, que se tornaria cada vez mais relevante na organização da Igreja.

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO. **Retratações**. Trad. Augustinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2019.
- ARNS, Paulo E.; OFM. **Cartas de Santo Inácio de Antioquia**: Comunidades eclesiais em formação. Petrópolis: Editora Vozes, 1970.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revisada e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.
- BROWN, Raymond E. **Uma Introdução ao Novo Testamento**. Nova York: Doubleday, 1997.
- CIPRIANO de Cartago. **Cipriano de Cartago**: Obras completas. São Paulo: Paulus, 2016. v. 1.
- CLEMENTE Romano. **Padres Apostólicos**. São Paulo: Paulus, 2020. (Coleção Patrística, v. 1/9).
- COMBLIN, José. **Curso popular de história da Igreja**: A hierarquia. São Paulo: Edições Paulinas, 1993. (Volume 4).



CRÜSEMANN, Marlene; REIMER, Ivoni R. **Igrejas domésticas**: lugar de acolhida, partilha e celebração na casa de mulheres. **Caminhos**, v. 14, n. 1, p. 179-190, jan./jun. 2016.

DANIÉLOU, Jean; ARROU, Henri. **Nova História da Igreja**: Dos primórdios a São Gregório Magno. Petrópolis: Editora Vozes, 1966.

EUSÉBIO DE CESAREIA. **História Eclesiástica**. Tradução de Luiza de Nazaré Ferreira Alves. Lisboa: Edições 70, 2017.

FEE, Gordon D. **1 e 2 Timothy, Titus**. Grand Rapids: Baker Academic, 1988.

FRANGIOTTI, Rosa; LIMA, Almir; São Clemente de Roma: Epístola aos Coríntios. **Veritatis Splendor**. Disponível em: <<https://www.veritatis.com.br/primeira-carta-de-sao-clemente-aos-corintios/>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

GREGÓRIO DE NAZIANZO. **Orações**. Tradução de A. Edward. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

INÁCIO de Antioquia. **Cartas de Santo Inácio de Antioquia**. Trad. Pe. Jose Eduardo. São Paulo: Paulus, 2007.

INÁCIO de Antioquia. **Padres Apostólicos**. Trad. Ivo Storniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo: Paulus, 2020. (Coleção Patrística, v. 1/9).

JERÔNIMO. **De viris illustribus**. Tradução de Maria Helena Franco. São Paulo: Loyola, 2015.

KELLY, John N. D. **Patrística**: Origem e Desenvolvimento das Doutrinas Centrais da fé Cristã. São Paulo: Edições vida Nova, 1994.

MATOS, Henrique C. J. **Introdução à História da Igreja**. Belo Horizonte: Editora o lutador, 2009. v. 1/6.

NASCIMENTO, Renato M. B. Os Pais da Igreja. **Comunidade a Bíblia.net**. Disponível em: <<http://www.comunidadeabiblia.net/teologia/estudos-biblicos/os-pais-da-igreja.html>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

PAULO, um servo chamado a ser apóstolo. Formação Canção Nova. Disponível em <<https://formacao.cancaonova.com/espiritualidade/paulo-um-servo-chamado-a-ser-apostolo/>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

RATZINGER, Joseph. O primado do sucessor de Pedro no mistério da Igreja. **L'Osservatore Romano**, Roma, 21 nov. 1998. p. 6-7. Disponível em: <[ROMAG, Dalmácio. **Compêndio da História da Igreja**: A Antiguidade Cristã. Petrópolis: Editora Vozes, 1949. Ed. 2.](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19981031_primato-successore-pietro_po.html#:~:text=Considerado%20o%20seu%20car%C3%A1ter%20episcopal%2C%20%20Primado%20do,pr%C3%B3pria%20da%20Igreja%2C%20a%20sua%20mais%20profunda%20identidade%C2%BB.> text=Considerado%20o%20seu%20car%C3%A1ter%20episcopal%2C%20%20Primado%20do,pr%C3%B3pria%20da%20Igreja%2C%20a%20sua%20mais%20profunda%20identidade%C2%BB.>. Acesso em: 12 fev. 2025.</p></div><div data-bbox=)



- ROPS, Daniel. **Igreja dos apóstolos e dos mártires**. São Paulo: Quadrante, 1988.
- SANTO Irineu. **Irineu de Lião**: Contra as heresias. São Paulo: Paulus, 2019. (Coleção Patrística, v.4).
- SCHATZ, Klaus. **El Primado del Papa**: Su historia desde los Orígenes hasta nuestros días. Cantabria: Editorial Sul Terrae, 1996.
- TILLARD, Jean M. **O bispo de Roma**. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola, 1985.
- ZILLES, Urbano. **O Papa na Igreja Católica**. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

Robson André Scheineider
Graduado em Filosofia pela Faculdade Ítalo Brasileira
Giruá / RS – Brasil
E-mail: rscheineider@gmail.com

Recebido em: 31/07/2023
Aprovado em: 24/03/2025